

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

PORTUGUÊS

Leia o texto abaixo para responder as questões 01 a 03:

O português e a redação dos alunos de Direito por Vladimir Passos de Freitas*

O português dos alunos de Direito vêm se mostrando cada vez mais deficiente. E não é privilégio desta ou daquela faculdade, pública ou privada, nem mesmo de determinada região. É nacional. Frases incompreensíveis, palavras utilizadas erroneamente, dificuldade extrema em redigir um texto, impossibilidade de por no papel o que se pensa, tudo isto vai se tornando rotina nas atividades dos estudantes da graduação.

O fato não passa despercebido aos profissionais da área. Professores comentam, as faculdades de Direito notam, escritórios de advocacia e órgãos públicos alertam os estagiários, que por vezes são mandados embora ou colocados em setores mais simples, onde não seja necessário escrever.

A situação, que se agrava a cada ano, é altamente negativa. Sofrem os estudantes, pois vislumbram as dificuldades que terão na vida profissional, perdem os que os empregam, porque o serviço que prestam não corresponde às expectativas, penam as faculdades de Direito, inclusive pelos reflexos que se fazem sentir nos exames da OAB, com o baixo nível de aprovação. (...)

Não é raro que o professor encontre parágrafos incompreensíveis, petições que repetem a mesma coisa duas ou três vezes, ou referências que nada tem a ver com o assunto tratado, porque foram copiadas por quem não consegue escrever. Há uma mescla de mau português com dificuldade de organizar as ideias.

Se esta situação não é boa para qualquer estudante universitário, ela é ainda pior para o acadêmico de Direito. Sim, porque nas profissões jurídicas a exposição de ideias, falando ou escrevendo, é a imprescindível rotina de trabalho. Ao contrário, a importância será menor, por exemplo, para um profissional de área técnica. (...)

Em suma, o problema aí está e é preciso enfrentá-lo. E os estudantes necessitam ter em mente que, mesmo neste novo

mundo, ele sempre exigirá do profissional do Direito clareza de ideias e eficiência na exposição das teses.

1 – Considerando o excerto acima, qual dos períodos abaixo apresenta erro de concordância verbal?

- a) “O fato não passa despercebido aos profissionais da área.” (2º parágrafo)
- b) “O português dos alunos de Direito vêm se mostrando cada vez mais deficiente.” (1º parágrafo)
- c) “A situação, que se agrava a cada ano, é altamente negativa.” (3º parágrafo)
- d) “Sofrem os estudantes, pois vislumbram as dificuldades que terão na vida profissional...” (3º parágrafo)

2 – No terceiro parágrafo do texto acima, há dois conectivos “pois” e “porque” os quais, no período composto por subordinação em que estão inseridos, exercem a função de:

- a) Consequência
- b) Causa
- c) Finalidade
- d) Concessão

3 – Conforme o texto lido, assinale a alternativa em que todas as palavras da sequência são acentuadas de acordo com a mesma regra:

- a) está – exigirá – português – técnica
- b) privilégio – área – parágrafos – português
- c) órgãos – estagiários – necessário – exigirá
- d) pública – parágrafos – técnica – jurídicas

4 - Leia os textos abaixo:

Texto I

‘AVENIDA BRASIL’

“Com o brilhante texto de “Avenida Brasil”, o jovem autor João Emanuel Carneiro ratifica seu dom em arquitetar um folhetim com personagens tão intrigantes. Essa novela vai marcar época, sem dúvida. Um brinde a todos que fizeram de “Avenida Brasil” campeã de crítica e público!” (Marco da Rocha. Revista da TV. Suplemento de O Globo, 22.10.2012.)

Texto II

MAIS ‘AVENIDA BRASIL’

“João Emanuel Carneiro se perdeu. Quem acompanhou toda a trama ficou decepcionado com as incoerências gritantes do meio da novela em diante. Querendo surpreender, o autor fez o

absurdo de criar um personagem beirando o idiotismo, igual a Tufão (Murilo Benício). As três mulheres de Cadinho, Alexandre Borges, beiram a insanidade.” (Roberto Reis de Mendonça. Revista da TV. Suplemento de O Globo, 22.10.2012.)

Embora publicados no mesmo local e na mesma data, o Texto II em relação ao Texto I:

- a) complementa a ideia positiva defendida no primeiro texto em relação ao autor e à novela
- b) ratifica a ideia positiva defendida no primeiro texto em relação ao autor e à novela
- c) refuta a ideia positiva defendida no primeiro texto em relação ao autor e à novela
- d) corrobora a ideia positiva defendida no primeiro texto em relação ao autor e à novela

5 - Analise os textos abaixo – circulados em Redes Sociais:

Texto I

- Você é mineiro?
- Sou.
- Então diz: Não acredito!
- "Tem base um trem desse não!"

papo de min ▲ s

(Texto circulado na Rede Social Facebook)

Texto II

Pra quem mora fora de SP, entender como funciona o "mano" aqui.

êêêê mano = vê se presta atenção
ôôôô mano = por favor
maaaaaano = como assim?
mano = fudeu
iiiiih mano = não vai dar
aaaaaah mano!!! = lembrei
hmhhh mano = esqueci
putz mano = é mesmo?!
para mano = não acredito
mano....para = é melhor vc parar
mano do céu = fudeu tudo!!!

(Texto circulado na Rede Social WhatsApp)

Considerando o princípio das Variedades Linguísticas, ambos os textos trazem

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

como mote qual Nível de Linguagem e que tipo de Variação, respectivamente:

- a) Texto I: Informal – Diatópica / Texto II: Informal – Diafásica
- b) Texto I: Informal – Diatópica / Texto II: Informal – Diacrônica
- c) Texto I: Informal – Diastrática / Texto II: Informal – Diafásica
- d) Texto I: Formal – Diatópica / Texto II: Formal – Diafásica

**CONHECIMENTOS
GERAIS**

6 - Leia o excerto abaixo:

“Decorridos 300 (trezentos) dias de Governo presidido por Jair Messias Bolsonaro, houve um lançamento de o _____ a fim de incentivar a qualificação profissional e a geração de emprego e de renda. A expectativa é gerar 4,5 milhões de empregos ao longo dos três anos.”

A única opção que preenche corretamente a lacuna anterior é:

- a) Projeto Verde e Amarelo
- b) Programa Verde e Amarelo
- c) Programa Azul e Amarelo
- d) Projeto Vermelho e Branco

7 - Leia o fragmento abaixo:

“Quase 4 milhões de estudantes em todo o país fizeram as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2019, porta de entrada para o Ensino Superior do Brasil e de Universidades Estrangeiras. Neste ano, o tema da Redação foi _____”.

A resposta que preenche corretamente a lacuna anterior é:

- a) Democratização do Preço do Cinema no Brasil
- b) Democratização do Acesso à Cultura no Brasil
- c) Democratização do Acesso ao Cinema no Brasil
- d) Democratização do Acesso ao Teatro no Brasil

8 - Leia o pequeno texto abaixo:

“Em outubro, a Igreja Católica reconheceu a primeira santa brasileira. Irmã _____ foi canonizada e passou a se chamar _____”.

A resposta que preenche corretamente as lacunas anteriores, respectivamente, é:

- a) Dulce – Santa Dulce dos Pobres
- b) Lúcia – Santa Lúcia dos Pobres
- c) Dulce – Santa Dulce dos Miseráveis
- d) Lúcia – Santa Lúcia dos Miseráveis

9 - Leia o fragmento abaixo:

“Após seis sessões de julgamento, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, hoje - 13 de junho de 2019 - _____ a _____

como forma de _____. Ao finalizar o julgamento da questão, a Corte declarou a omissão do Congresso em aprovar a matéria e determinou que casos de agressões contra o referido público sejam enquadrados como o crime de _____ até que uma norma específica seja aprovada pelo Congresso Nacional.”

A resposta que preenche corretamente as lacunas anteriores, respectivamente, é:

- a) criminalizar – homofobia – racismo – racismo
- b) descriminalizar – homofobia – racismo – racismo
- c) criminalizar – heterofobia – racismo – racismo
- d) criminalizar – homofobia – injúria – injúria

10 - Leia o excerto abaixo:

“O governo liberou o saque de _____ de contas ativas e inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Programa de Integração Social (PIS). Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, a injeção de recursos na economia deverá somar _____ neste ano e _____ em 2020.”

A resposta que preenche corretamente as lacunas anteriores, respectivamente, é:

- a) R\$ 600 – R\$ 30 bilhões – R\$ 12 bilhões
- b) R\$ 400 – R\$ 30 bilhões – R\$ 12 bilhões
- c) R\$ 500 – R\$ 12 bilhões – R\$ 30 bilhões
- d) R\$ 500 – R\$ 30 bilhões – R\$ 12 bilhões

INFORMATICA

11 – No Microsoft Word 2013 a função de contar palavras, caracteres e linhas está localizada em qual aba?

- a) EXIBIÇÃO
- b) REVISÃO
- c) DESIGN
- d) REFERÊNCIAS

12 – Windows 10 utiliza um sistema de arquivos de forma nativa, qual seria?

- a) EXT3
- b) ReFs
- c) ReiserFS
- d) NTFS

13 – Para realizar o envio de um e-mail é utilizado um protocolo TCP/IP assinale a alternativa correta:

- a) HTTP
- b) POP3
- c) SMTP
- d) CMD

14 – No sistema operacional LINUX o comando a ser executado no shell do LINUX, para mover um arquivos de uma pasta para outra seria:

- a) mv
- b) ns
- c) ls
- d) mr

15 – No sistema operacional LINUX o comando típico para realização de backup “Cópia de Segurança”

- a) chmod
- b) mkdir
- c) tar
- d) df

ESPECIFICA

16 - Qual o entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto a possibilidade de controle de constitucionalidade com relação a leis anteriores à Constituição vigente?

- a) O Supremo Tribunal Federal diz não ser cabível controle de constitucionalidade via Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- b) O Supremo Tribunal Federal diz ser cabível controle de

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

<p>constitucionalidade via Ação Direta de Inconstitucionalidade.</p> <p>c) Não é cabível ADPF.</p> <p>d) Nem uma das anteriores estão corretas.</p> <p>17 - É possível interpretar a Constituição de acordo com a Lei? De acordo com a indagação anterior assinale a alternativa correta:</p> <p>a) Não, tendo em vista que as leis que devem ser interpretadas conforme a constituição.</p> <p>b) Não, pois não há que se falar em interpretação normativa no ordenamento jurídico pátrio.</p> <p>c) Sim, apenas em situações em que a Constituição apresenta situações técnicas cujas definições estão nas Leis.</p> <p>d) Duas alternativas anteriores estão corretas.</p>	<p>20 - Sobre o Processo Legislativo assinale a alternativa correta:</p> <p>a) A iniciativa de Leis por parte do Presidente da República não é geral e é não prescindível o início da análise do projeto na Câmara dos Deputados.</p> <p>b) A iniciativa de Leis por parte dos cidadãos não é geral e é não imprescindível o início da análise do projeto pelo Senado Federal.</p> <p>c) A iniciativa de projeto de lei por parte do Procurador Geral da República é geral.</p> <p>d) A iniciativa de projeto de lei por parte dos Tribunais é restrita a determinadas matérias.</p> <p>21 - Projeto de Lei sobre a remuneração de servidores públicos é de iniciativa</p> <p>a) De qualquer parlamentar, pois esta é a função típica do poder legislativo. Neste caso o Presidente da república terá o prazo não prorrogável de quinze dias úteis para vetar ou sancionar referido projeto.</p> <p>b) Apenas dos Senadores. Neste caso o Presidente da república terá o prazo não improrrogável de quinze dias corridos para vetar ou sancionar referido projeto.</p> <p>c) Apenas dos Deputados. Neste caso o Presidente da república terá o prazo não prorrogável de quinze dias corridos para vetar ou sancionar referido projeto.</p> <p>d) Do Presidente da república.</p>	<p>de pagar alimentos, marque a assertiva correta:</p> <p>a) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, de ofício, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 5 (cinco) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo, podendo haver o protesto da decisão judicial e decretação da prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.</p> <p>b) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo, podendo haver o protesto da decisão judicial e decretação da prisão pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses.</p> <p>c) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo, podendo haver o protesto da decisão judicial e decretação da prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.</p> <p>d) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, de ofício, mandará intimar o executado pessoalmente para, em 5 (cinco) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo, podendo haver o protesto da decisão judicial e decretação da prisão pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses.</p>
<p>18 - A respeito das prerrogativas de foro dos parlamentares, analise a súmula 394 do Supremo Tribunal Federal: "Cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência especial por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício".</p> <p>a) A referida súmula não foi cancelada.</p> <p>b) A referida súmula não foi cancelada, pois a mutação constitucional descarta qualquer equívoco na redação de seu texto.</p> <p>c) A súmula foi cancelada.</p> <p>d) A referida súmula não foi cancelada, tendo em vista que é essencial que os parlamentares continuem possuindo o benefício pela grande representação que lhes é imputada.</p>	<p>22 - O fenômeno da desconstitucionalização</p> <p>a) Não foi adotado pela Constituição da República de 1988.</p> <p>b) Foi adotado pela Constituição da República de 1988.</p> <p>c) Foi adotado pela Constituição da República de 1988, mas somente no que se refere a Constituição de 1967.</p> <p>d) Foi adotado pela Constituição da República, mas somente no que se refere a Leis Complementares assim como o Código Tributário Nacional.</p>	
<p>19 - Sobre a Emenda Constitucional sabe-se que A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros. Assinale a alternativa correta sobre o tema:</p> <p>a) É prescindível a análise do chefe do Poder Executivo.</p> <p>b) É não prescindível a análise do chefe do Poder Executivo.</p> <p>c) É não imprescindível a análise do chefe do Poder Executivo.</p> <p>d) Duas assertivas acima estão corretas.</p>	<p>23 - Sabe-se que a Constituição da República Federativa permite a prisão do depositário infiel e do devedor de pensão alimentícia. Em relação ao cumprimento de sentença, no Código de Processo Civil,</p>	<p>24 - Ainda no que se refere ao cumprimento de sentença dentro do Código de Processo Civil é correto afirmar que:</p>

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

- a) Caso haja sentença determinando a condenação da Fazenda Pública, haverá, a requerimento do credor, início da fase de cumprimento de sentença, na qual a devedora será intimada para pagar impugnar o débito no prazo de 15 dias.
- b) Caso haja sentença determinando a condenação da Fazenda Pública, haverá, a requerimento do credor, início da fase de cumprimento de sentença, na qual a devedora será intimada para impugnar o débito no prazo de 45 dias.
- c) Caso haja sentença determinando a condenação da Fazenda Pública, haverá, a requerimento do credor, início da fase de cumprimento de sentença, na qual a devedora será citada para pagar o débito no prazo de 30 dias.
- d) Caso haja sentença determinando a condenação da Fazenda Pública, haverá, a requerimento do credor, início da fase de cumprimento de sentença, na qual a devedora será intimada para impugnar o débito no prazo de 30 dias.

25 - Sobre a Penhora em dinheiro em depósito ou em aplicação financeira é correto afirmar que de acordo com a redação do Código de Processo Civil

- a) Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o juiz, de ofício, sem dar ciência prévia do ato ao executado, determinará às instituições financeiras, por meio de sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, que torne indisponíveis ativos financeiros existentes em nome do executado, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execução.
- b) Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, sem dar ciência prévia do ato ao executado, determinará às instituições financeiras, por meio de sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, que torne indisponíveis ativos financeiros existentes em nome do executado, sendo não prescindível a ausência de limite da

indisponibilidade do valor indicado na execução.

- c) Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, dando ciência prévia do ato ao executado, determinará às instituições financeiras, por meio de sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, que torne indisponíveis ativos financeiros existentes em nome do executado, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execução.
- d) Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, sem dar ciência prévia do ato ao executado, determinará às instituições financeiras, por meio de sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, que torne indisponíveis ativos financeiros existentes em nome do executado, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execução.

26 - Sabe-se que os recursos no Código de Processo Civil tem o prazo de quinze dias. Assinale a alternativa correta:

- a) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, são cobertas pela preclusão e não podem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- b) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões. Se as questões anteriormente referidas forem suscitadas em contrarrazões, o recorrente será intimado para, em 30 (trinta) dias, manifestar-se a respeito delas.
- c) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não prescindivelmente

são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

- d) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

27 - Ainda sobre os Recursos no Código Processo Civil. Assinale a alternativa correta:

- a) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal, de maneira não prescindível, julgará o mérito, examinando as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.
- b) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal, imprescindivelmente, julgará o mérito, examinando as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.
- c) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal, necessariamente, julgará o mérito, examinando as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.
- d) Quando reformar sentença que reconheça a decadência ou a prescrição, o tribunal, de forma não imprescindível, julgará o mérito, examinando as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.

28 - Sobre a coisa julgada assinale a alternativa correta:

- a) Fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- b) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e discutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

- c) A lei não retroagirá para prejudicar a coisa julgada
- d) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito não tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida
- 29 - No que se refere ao Direito Administrativo é correto afirmar
- a) É um ramo de Direito Público que abrange situações de delegações administrativas estritamente por meio de desconcentração
- b) É um ramo de Direito Público que abrange situações de delegações administrativas estritamente por meio de descentralização
- c) É um ramo de Direito Público que abrange situações de delegações administrativas tanto por meio de desconcentração quanto por meio de descentralização
- d) Estuda estritamente as pessoas jurídicas de Direito Público
- 30 - Fruto do Neoliberalismo as Agencias Reguladoras tem um papel essencial no controle das prestações de serviço público por parte de particulares. Assinale a alternativa correta
- a) Os usuários do serviço prestado pelas concessionárias se submetem às Resoluções das Agencias Reguladoras
- b) Os diretores das referidas Agencias exercem cargos de livre nomeação e livre exoneração
- c) Quando uma Agencia Reguladora se torna Executiva ela não tem dispensa de licitação
- d) Fundações Públicas de Direito Público podem ter os benefícios de uma Agencia Executiva
- 31 - Sobre atos administrativos é correto afirmar
- a) A teoria dos Motivos determinantes em nada influencia o servidor público, pois apenas estabelece a necessidade de motivar seus atos
- b) O controle de mérito existe em todos os atos administrativos
- c) A encampação não é forma de extinção do ato administrativo
- d) A presunção de Legitimidade é um requisito do ato administrativo
- 32 - Sobre Licitações é correto afirmar
- a) Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observada a adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de concorrência ou leilão.
- b) Organizações Sociais não tem dispensa de licitação
- c) Para a contratação de uma concessionária na modalidade concorrência não é possível inverter a fase de Habilitação pela fase de classificação
- d) As OSCIP's tem dispensa de licitação
- 33 - Sobre Responsabilidade Civil do Estado é correto afirmar
- a) A culpa exclusiva da vítima, não prescindivelmente, exclui a responsabilidade do Estado
- b) A Teoria do Risco Integral não se aplica no Brasil
- c) c - Situações como Força maior e caso fortuito sempre excluem a responsabilidade do Estado
- d) A responsabilidade das Empresas estatais podem ser tanto Objetiva quanto subjetiva a depender de prestarem serviço público ou atividade econômica
- 34 - A respeito de vacância e provimento de cargos públicos é correto afirmar
- a) A promoção é tanto situação de vacância como de provimento
- b) A redistribuição é utilizada como punição pelo Poder Hierárquico
- c) A recondução é o mesmo que remoção
- d) Quando o servidor é posto em disponibilidade ele recebe integralmente o valor da remuneração a que teria direito se estivesse de maneira efetiva trabalhando
- 35 - A respeito da Exclusão, extinção e suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assinale a alternativa correta:
- a) A anistia pode ser concedida em caráter geral
- b) A anistia não pode ser concedida em caráter geral
- c) A isenção onerosa não dá nem um direito ao contribuinte, salvo o próprio benefício da isenção em si
- d) Tanto a anistia quanto a isenção são formas de extinção do crédito tributário
- 36 - De acordo com a Jurisprudência atual sobre a sucessão de empresas no Direito Tributário
- a) Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.
- b) Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange apenas os tributos devidos pela sucedida, e não as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão
- c) Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange apenas os tributos devidos pela sucedida até a data um ano após a data da sucessão
- d) Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange apenas os tributos devidos pela sucedida até a data seis meses após a data da sucessão
- 37 - A respeito da Imunidade Tributária é correto afirmar que
- a) é uma espécie de isenção
- b) é uma espécie de alíquota zero
- c) é uma espécie de não incidência
- d) nem uma das anteriores está correta
- 38 - Quais dos tributos abaixo são de competência do município
- a) Imposto de Renda e Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza
- b) Imposto Predial Territorial Urbano e Imposto sobre a propriedade de veículos automotores
- c) Imposto de transmissão causa mortis e doação e Imposto de Renda
- d) Imposto sobre Serviços de qualquer natureza
- 39 - Qual Tributo abaixo deve ser criado mediante Lei Complementar

CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE - SP – CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019
CADERNO DE PROVAS: CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS
ENSINO SUPERIOR – PROCURADOR JURIDICO

- a) Imposto de Renda
- b) Imposto de Importação
- c) Empréstimo compulsório
- d) Imposto Extraordinário de Guerra

40 - O tributo que prescinde respeitar a anterioridade nonagesimal é

- a) Imposto de Renda e Imposto sobre a propriedade de veículos automotores
- b) apenas o Imposto de Renda
- c) apenas o Imposto de Importação e o Imposto de operações Financeiras
- d) apenas o Imposto Extraordinário de Guerra